

**HABEAS CORPUS Nº 548.421 - SP (2019/0356090-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LUCIANO PEREIRA DE ANDRADE - SP241228  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCELO FRANCISCO DE ARAUJO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MARCELO FRANCISCO DE ARAUJO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no Agravo em Execução n. 9000324-10.2019.8.26.0602, nos termos da seguinte ementa:

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO - LIVRAMENTO CONDICIONAL - INDEFERIMENTO - RECURSO DEFENSIVO - SATISFATÓRIO COMPORTAMENTO CARCERÁRIO - AUSÊNCIA - DIVERSOS CRIMES PRATICADOS NO CURSO DA EXECUÇÃO PENAL E FALTAS DISCIPLINARES DE NATUREZA GRAVE - ABANDONO DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL POR MAIS DE UM ANO, SENDO RECAPTURADO COMETENDO OUTRO CRIME - NÃO COMPROVADA A INDENIZAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELAS INFRAÇÕES PENAIAS - PENAS PECUNIÁRIAS A QUE FOI CONDENADO NÃO SATISFEITAS - REQUISITOS AO LIVRAMENTO CONDICIONAL NÃO SATISFEITOS - RECURSO NÃO PROVIDO."*  
(fl.11)

A impetrante requer, em liminar e no mérito, a concessão do livramento condicional ao paciente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos. Ressalta que a falta disciplinar grave já reabilitada não obsta o benefício.

É breve o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual

# *Superior Tribunal de Justiça*

constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator